

RUA DUQUE DE CAXIAS, № 02. CENTRO. CEP 86720-000. SABÁUDIA/PARANÁ.

ATA Nº 06/2024

ASSUNTO: REUNIÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2024 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

3

2

5 Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e quinze 6 minutos, sendo respeitado o tempo de tolerância de guinze minutos, reuniram-se, ordinarjamente, 7 nas dependências do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado na Rua 8 Manueira Garcia, n. 23, Centro, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social do Biênio 9 dois mil e vinte e três à dois mil e vinte e cinco, estando presentes os(as) conselheiros(as): Bruno 10 Vinicius Pereira Juanutti, Carol Ferreira de Souza, Débora Cristina Geraldo de Souza, Eliana Batista 11 da Silva Pontes, Evaneide Ramos, Ingrid Iraides Daniel Pereira dos Santos, Jaqueline Volpato e 12 Letícia Cabral Gonçalves Lopes, também contando com a presença de Daniele Gabardi Rocha, 13 representando a Secretaria Executiva deste Conselho, Deonisio Bortolo Junior, Secretário de 14 Assistência Social, Edgar Brasil Ferreira, presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS), e 15 Jamile Leonor Carrinho Flanzin, Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social 16 (CRAS). A reunião foi presidida pelo presidente deste Conselho, Bruno Vinicius Pereira Juanutti, e 17 teve como pautas as seguintes, elencadas através do Ofício vinte e seis de dois mil e vinte e quatro 18 do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS): I) Resolução nº 12/2024, referente à criação 19 da Comissão de Trabalho para discussão, avaliação e fiscalização do Plano Municipal Plurianual de 20 Assistência Social, em vistas de compreender se esse se encontra sendo realizado em consonância 21 com as deliberações elencadas na XI Conferência Municipal de Assistência Social; II) Discussão, 22 avaliação e fiscalização da Portaria nº 215/2024, referente aos atendimentos médicos que estão 23 sendo realizados nas dependências do Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos 24 (SCFV) Centro do Idoso Ives Furlan; III) Aprovação do Termo de Convênio de Repasse para a 25 Entidade APAE. Já no início da reunião plenária, a conselheira Letícia solicitou alteração de 26 descritivo para a terceira pauta, transformando-a em: "Ofício n. 086/2024 - Aprovação do Plano de 27 Trabalho da Entidade APAE". Também foi inserida uma quarta pauta: Lei n. 846/2024. Após, a 28 conselheira Carol Ferreira elencou que precisaria se retirar da reunião por volta das treze horas, 29 devido à uma urgência em relação aos atendimentos, o que foi compreendido pela plenária. 30 Abordando, inicialmente a primeira pauta, o Presidente Bruno Vinicius Pereira Juanutti explicou 31 acerca da criação da Comissão de Trabalho, referenciada na Resolução n. 12/2024. Foi também 32 discutido acerca da inviabilidade da participação da presidência nas Comissões de Trabalho. 33 Ademais, a conselheira Débora Cristina Geraldo de Souza mencionou acerca do erro contido na 34 Resolução, onde ela e a conselheira Letícia Cabral Gonçalves Lopes estão descritas no segmento 35 representativo governamental, mas ambas são sociedade civil. Dessa forma, a plenária aprovou a 36 publicação de uma nova resolução com as erratas e devidas alterações. Partindo, assim, para a 37 segunda pauta, o presidente iniciou explicando a pauta à plenária, momento no qual o Secretário de 38 Assistência Social, Deonisio Bortolo Junior, elencou que a Secretaria de Saúde e o Prefeito o 39 convocaram para relatar dificuldades acerca dos atendimentos à população idosa, mencionando que 40 o espaço do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) Centro do Idoso Ives 41 Furlan estaria sendo cedido temporariamente. O Secretário pontua que, conforme a Tipificação

J.



RUA DUQUE DE CAXIAS, № 02. CENTRO. CEP 86720-000. SABÁUDIA/PARANÁ.

42 Nacional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), não pode ter atendimento médico dentro 43 da assistência social, informando que seria apenas a cessão do espaço por tempo determinado. O 44 presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS), Edgar Brasil Ferreira, mencionou que não houve 45 reunião plenária quando a proposta foi passada pelo CMS. Relatou que, tendo em vista o decreto de 46 calamidade pública advindo da Prefeitura, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) estão cheias, assim 47 como o Pronto Atendimento Municipal (PAM). Relatou que os volumes de atendimentos aumentaram 48 nessa época do ano e, enquanto isso, o geriatra que atuava no município solicitou exoneração. 49 Diante dessa necessidade, a Secretaria de Saúde sugeriu a cessão de outro local, no caso o Centro 50 do Idoso. Edgar menciona que a maior reclamação dos idosos é a dificuldade com os atendimentos 51 médicos, relatando que o Centro do Idoso já é um serviço de referência aos idosos de Sabáudia. 52 Relata que, assim como o Secretário mencionou, é algo temporário, parando com os atendimentos 53 assim que o município retome atendimentos com médico geriatra. A conselheira Elaine Batista da 54 Silva Pontes relata que a Saúde possui diversas dificuldades em relação à ausência de um médico 55 geriatra no município, pontuando que alguns medicamentos não são acessados caso não haja um 56 médico geriatra responsável pela prescrição. A conselheira Débora Cristina Geraldo de Souza 57 questiona se a médica que está atendendo no Centro do Idoso é residente. A conselheira Ingrid 58 Iraides Daniel Pereira dos Santos menciona que a médica que está atendendo no Centro do Idoso é 59 clínico geral, que não é residente, mas que não obtém maiores informações acerca do contrato da 60 profissional. A conselheira Elaine Batista da Silva Pontes dispõe se recordar que o município possuía 61 convênio através do CISVIR com um médico geriatra, anteriormente, que atendia na UBS 62 Hermelinda. O presidente do CMAS, Bruno Vinicius Pereira Juanutti, dadas as informações de super 63 latência de atendimentos, questionou se há relatórios de atendimentos através das UBS, envolvendo 64 atendimentos mensais, dos meses de maio e junho. O presidente do CMS, Edgar Brasil Ferreira, 65 relata que há relatórios quadrimestrais, que, inclusive, o último seria passado em reunião plenária do 66 CMS, que aconteceria no dia posterior, mas que não há dados dos dois últimos meses 67 especificamente. A conselheira Letícia Cabral Gonçalves Lopes questionou, visando reforçar, se os 68 motivos, então, para tal tomada de decisão foram relacionados às dificuldades em relação à 69 quantidade de atendimentos na saúde, o que foi confirmado pelo presidente do CMS, Edgar Brasil 70 Ferreira, e, em continuidade, a conselheira questionou por que as demandas não estão sendo 71 atendidas pelas UBSs. A conselheira Eliana Batista da Silva Pontes, que também é agente de saúde, 72 relatou que na UBS em que atua possuem apenas duas salas de atendimentos, relatando que não 73 há disposições de leito suficientes para a alta demanda. Em continuidade, o presidente do CMAS, 74 Bruno Vinicius Pereira Juanutti mencionou que, na Portaria n. 215/2024, é informado que houve 75 aprovação do Conselho Municipal de Saúde (CMS) frente ao projeto, mas a conselheira Ingrid Daniel 76 Iraides Pereira dos Santos, que também é membro e secretária executiva do CMS, relatou que não 77 houve reunião plenária, e o presidente do CMS, Edgar Brasil Ferreira, disse que o documento fora 78 encaminhado através do grupo do CMS em aplicativo de mensagens, apenas para dar ciência aos 79 conselheiros, e que seria, então, pauta na próxima reunião do CMS, que seria no dia posterior à 80 presente reunião do CMAS, sendo assim, relata que não há resolução de aprovação do CMS, assim 81 com não há nenhuma ata de comprovação de aprovação. Também relatou que o CMS recebeu um E Owned



RUA DUQUE DE CAXIAS, Nº 02. CENTRO. CEP 86720-000. SABÁUDIA/PARANÁ.

82 documento mais completo acerca do Projeto que culminou na Portaria n. 215/2024, relatando que 83 poderia compartilhá-lo com o CMAS, o que foi acordado pela plenária. Em continuidade, o presidente 84 do CMAS, Bruno Vinicius Pereira Juanutti, questionou se foi realizado algum estudo anteriormente 85 que analisasse o motivo de os atendimentos à população idosa estarem tão complicados nas UBSs. 86 também no intuito de compreender se havia um possibilidade de reorganização dos atendimentos, 87 em vista de manter os idosos recebendo atendimento médico nas UBSs, e a conselheira Eliana, 88 atuante na Política de Saúde, relatou que não soube de nenhum estudo ou análise nesse sentido. A 89 conselheira Débora Cristina Geraldo de Souza questiona diretamente Daniele Gabardi Rocha 90 enquanto técnica de gestão se há legalidade em ofertar atendimentos médicos no Centro do Idoso, e 91 a técnica responde que não. A conselheira Letícia Cabral Gonçalves Lopes questiona à técnica de 92 gestão e ao Secretário quais são as fontes de financiamento e recurso que construíram o Centro do 93 Idoso e que o mantém em funcionamento. Daniele Gabardi Rocha relata que a construção do serviço 94 foi realizada a partir de uma emenda do fundo municipal da Prefeitura. Deonisio Bortolo Junior relata 95 que a assistência social no município não possui conta própria, e que, sendo assim, não há um fundo 96 municipal de assistência social. Daniele Gabardi Rocha relata que tudo é recurso livre. Deonisio 97 Bortolo Junior menciona que para entender melhor seria necessário a presença de um contador, 98 citando João Bortolo, seu irmão, que atual nesse ramo na Prefeitura do Município. A conselheira 99 Débora Cristina Geraldo de Souza questiona se não há recursos destinados à assistência social, e 100 Deonisio Bortolo Junior menciona que há sim recurso destinado, que a Prefeitura destina pouco mais 101 de quatro por cento à assistência social, mas que não tem um fundo específico. A conselheira Letícia 102 Cabral Gonçalves Lopes questiona acerca dos materiais adquiridos ao Centro do Idoso, e Deonisio 103 Bortolo Junior relata que a maior parte foi adquirido com recurso livre, e cita que levou seu 104 computador ao Centro do Idoso para que a médica pudesse fazer o uso, mas que acredita que as 105 folhas de papel para receitas e impressões vieram da saúde. A conselheira Jaqueline Volpato relata 106 que também está no CMS, que quando observou as informações no grupo do aplicativo de 107 mensagens não se atentou com tanto detalhe, mas que agora, por mais que entende os benefícios 108 da ação, compreende também as inviabilidades. Utilizou de exemplo seu trabalho na Entidade APAE, 109 mencionando que, caso a APAE recebesse um recurso a ser utilizado na Proteção Social Especial, 110 não haveria legalidade de destiná-lo à saúde ou na educação da APAE, por mais que essas áreas 111 estivessem precárias. O presidente do CMAS, Bruno Vinicius Pereira Juanutti, solicita ao presidente 112 do CMS, Edgar Brasil Ferreira, que o CMS possa elaborar um documento com as informações 113 pertinentes, argumentações e justificativa da necessidade do uso do Centro do Idoso para 114 atendimentos médicos, bem como que relatem periodicidade, já que pontua-se que o uso seria por 115 tempo determinado, mas não pontua-se tempo algum na Portaria. O presidente do CMS, Edgar Brasil 116 Ferreira concorda com a solicitação e refere que encaminhará tal documentação ao CMAS, que, por 117 sua vez, retomará a pauta na próxima reunião. Ato contínuo, no que se refere à terceira pauta da 118 plenária, Daniele Gabardi Rocha realizou a leitura do Ofício n. 86/2024 da SMAS. Mencionou que já 119 havia sido publicada uma resolução do CMAS aprovando o Plano de Trabalho da APAE, mas que, 120 durante o processo do termo de convênio, foi necessário alterar o Plano de Trabalho, pois a APAE 121 havia inserido que iniciaram a utilização do recurso em junho, mas isso precisaria ser alterado, tendo

M.

Cisaria ser ai

full have

Q



RUA DUQUE DE CAXIAS, Nº 02. CENTRO. CEP 86720-000. SABÁUDIA/PARANÁ.

122 em vista que o mês de junho já está finalizando. Sendo assim, o Plano de Trabalho estaria passando 123 novamente pelo Conselho, para que haja revogação da Resolução n. 07/2024, a partir de uma nova 124 aprovação, com data atualizada. O Plano fora aprovado em unanimidade pela plenária. Ato contínuo, 125 Daniele Gabardi Rocha mencionou que, no mesmo Ofício, há um outro Plano de Trabalho, referente 126 a emenda parlamentar que foi debatida na reunião anterior deste Conselho, em relação a um valor 127 de R\$ 50.000,00, e que esse valor seria repassado à Entidade APAE para despesas com o custeio, o 128 que, caso fosse aprovado, também seria necessário a elaboração de uma nova resolução do CMAS. 129 Foi identificado pela conselheira Débora Cristina Geraldo de Souza, durante a leitura, que o Plano de 130 Trabalho, acerca do Ofício n. 50/2024 da APAE, estipulou erroneamente o público, não especificando 131 que seria destinado ao Servico de Proteção Social executado pela Entidade, sugerindo que fosse 132 retornado à APAE para correção, o que foi acordado em plenária. Ato contínuo, seguindo para a 133 última pauta, acerca da Lei n. 846/2024, foi realizada leitura da Lei pelo presidente do CMAS, Bruno 134 Vinicius Pereira Juanutti. O Secretário de Assistência Social, Deonisio Bortolo Junior, solicitou a 135 palavra para contextualizar e mencionou que os vereadores realizaram um requerimento à Secretaria 136 de Assistência Social solicitando informações acerca da liberação de cestas básicas, quais os 137 critérios para distribuição, bem como qual empresa realizava o fornecimento, solicitando também 138 informações acerca dos usuários que receberam cestas de alimentação, como iniciais/siglas de 139 nomes e quantidades de cestas fornecidas por usuário. Jamile Leonor Carrinho Flanzin, 140 Coordenadoria do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), relatou que o CRAS e a 141 SMAS realizaram uma resposta, anexando todas as legalizações e justificativas, informando 142 inviabilidade acerca da publicização de dados dos usuários, pautado em leis, também reforçando que 143 é proibido qualquer ação vexatória quanto ao acesso de usuários aos serviços e benefícios 144 socioassistenciais. Posteriormente, o Deonisio Bortolo Junior relatou que soube que a Lei havia sido 145 sancionada. Mencionou que o Prefeito solicitou o veto do Art.2 da Lei, que expõe os usuários, porém. 146 no dia 25 de junho, a Lei foi publicada no Diário Oficial. O presidente do CMAS, Bruno Vinicius 147 Pereira Juanutti, ressalta-se que o CMAS urge lutar pela Política de Assistência Social. Qual é o 148 objetivo dos vereadores, questiona o presidente do CMAS. Jamile Leonor Carrinho Flanzin relata 149 que, agora que foi publicado, é possível correr atrás, fiscalizar, solicitar pautas nas reuniões da 150 Câmara de Vereadores, encaminhar ao Ministério Público e realizar demais ações. Como sugestão, a 151 conselheira Débora Cristina Geraldo de Souza menciona solicitar pauta na plenária de reunião da 152 Câmara dos Vereadores para leitura completa do documento elaborado pelo CRAS e pela SMAS, e, 153 caso não acatem ainda sim, buscar o Ministério Público, o CRESS, o CPF, entre outras instâncias. 154 enquanto CMAS. A conselheira Ingrid Iraides Daniel Pereira dos Santos relatou sobre uma situação 155 de um outro município do Paraná, onde estavam solicitando título de eleitor para recebimento de 156 atendimento médico na Saúde, e o CMS do município entrou contra a Portaria. Dessa forma, foi 157 aprovado pela plenária, em unanimidade, que o CMAS encaminhasse Ofício ao Poder Legislativo 158 solicitando pauta com urgência nas reuniões da Câmara de Vereadores. Sem mais pautas a serem 159 acrescentadas, o presidente do CMAS finalizou a reunião plenária às quinze horas e cinquenta 160 minutos e, sendo assim, eu, Letícia Cabral Gonçalves Lopes, redigi esta ATA, que vai assinada por 161 mim e pelos(as) demais presentes.

ME

Soul James a



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SABÁUDIA RUA DUQUE DE CAXIAS, Nº 02. CENTRO. CEP 86720-000. SABÁUDIA/PARANÁ.

162
Sabáudia, 26 de junho de 2024.
164
165 Bruno Vinicius Pereira Juanutti
166
167 Carol Ferreira de Souza Card Ferreira de Josepa
168
169 Débora Cristina Geraldo de Souza
170
171 Daniele Gabardi Rocha
172
173 Deonisio Bortolo Junior
174
175 Edgar Brasil Ferreira
176
177 Eliana Batista da Silva Pontes Cliona Bottolo do Sub Kiento
178
179 Evaneide Ramos Combo
180
181 Ingrid Iraides Daniel Pereira dos Santos Ingrid Ingrides 10. P. dos Sontos
182
183 Jamile Leonor Carrinho Flanzin
184
185 Jaqueline Volpato Joqueline Salpolo
186
187 Letícia Cabral Gonçalves Lopes
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·